

Falso invocar a defesa do trabalhador para combater a modernidade

Paulo de Tarso Soares *

O sonho de um capitalismo sem flutuações tem povoado a mente de muita gente bem intencionada. Ele não passa, infelizmente, de um delírio romântico e reacionário no sentido histórico-filosófico. Delírio romântico porque é impensável uma economia de mercado sem flutuações e sem crises. Delírio reacionário porque se sonha extinguir algo necessário para o aperfeiçoamento do sistema.

O dinamismo das economias regidas pelo mercado vem da sua constante renovação provocada pela concorrência. O capitalismo é o sistema com maior capacidade de produzir riquezas porque, nele, só os eficientes sobrevivem. As contrações no nível da atividade econômica têm a função de corrigir as alocações inadequadas dos recursos: reduzindo a pressão que os ineficientes exercem sobre os recursos no mercado, liberando-os para utilização eficiente em atividades alternativas.

Outro sonho romântico que costuma povoar a mente de muita gente bem intencionada é o combate ao processo inflacionário pelo estímulo ao crescimento econômico. Romântico porque exige uma inflação que não resulta da sanção das políticas econômicas ao conflito distributivo. Só em dois casos é possível imaginar a inexistência de alguma ligação entre inflação e conflito distributivo: cometendo o absurdo de ignorar que preço comanda renda, ou cometendo o equívoco de supor que os agentes estão contentes com o nível médio da sua renda real e que a inflação existe por problemas de falta de sincronia nos reajustes dos preços (isto é, a essência da hipótese de inflação inercial).

Não existe economia de mercado sem alterações nos preços relativos dos bens e serviços. Aqueles agentes econômicos cujos preços foram reduzidos transferem renda para aqueles cujos preços foram aumentados, caso tudo o mais permaneça constante. A resistência a essas transferências aparece como rigidez de preços. É por isso que é tão difícil conseguir alterações nos preços relativos sem afetar o nível geral de preços. A intervenção do governo, através da política econômica, tentando contentar a todos, transforma essa resistência em inflação.

A inflação é um mecanismo de transferência de renda dos salários para os lucros, e os dados da economia brasileira mostram que não existe esquema de indexação que impeça esse tipo perverso de redistribuição de renda. Em determinadas circunstâncias, como no caso em que se caminha para a hiperinflação, ela pode perder essa funcionalidade. Torna-se, então, necessária uma política antiinflacionária que, em função da reação dos grupos envolvidos, produz uma redução no nível da atividade econômica. Afinal, quem apostar na continuidade do que não é funcional deve ser exemplarmente expelido do mercado.

A promessa de algo diferente nos marcos do capitalismo só pode ser feita pelos utópistas, que têm as

melhores intenções mas estão teoricamente desarmados, e pelos demagogos, que querem capitalizar o descontentamento popular.

A unanimidade nacional contra a política de contenção da atividade econômica praticada pelo governo federal é um exemplo do que está sendo apontado.

Ao lado de pessoas muito bem intencionadas não é raro encontrar empresários cuja sobrevivência

pende do protecionismo e dos subsídios, líderes sindicais comprometidos com o corporativismo, intelectuais ansiosos por expor seu saber "superior" e outros autodenominados entendidos em economia, juntos, denunciando os custos sociais da recessão e apresentando receitas mágicas para a continuidade do crescimento. Todos, evidentemente, diagnosticando a recessão como fruto dos erros teóricos dos que estão conduzindo a política econômica.

Alguns estão lutando para manter seus privilégios e, para tanto, usando o argumento tanto de desafio e ameaça do trabalhador. A

"defesa" do trabalhador, num caso, constitui uma forma de esconder a defesa da continuidade no uso de métodos obsoletos, de tecnologias ultrapassadas, na despreocupação com os desperdícios, na falta de empenho para reduzir custos, na ausência de cuidado com a qualidade do produto/serviço e, o que é pior, na prática de um "mark-up" inimaginável em qualquer país desenvolvido. No outro caso, a defesa do trabalhador está servindo para que as pessoas exibam seu "bom-mocismo" e legitimem a ascensão e a projeção social conseguidas nas lutas "sociais".

Nesses casos, infelizmente, o que menos importa são as condições de vida material dos assalariados. Mantido o atual esquema de privilégios (protecionismos/subsídios), o que melhor pode acontecer ao trabalhador é receber o mais baixo nível salarial da história deste país.

Que ninguém se iluda pensando que aqui se defende a recessão. Ledo engano! É absolutamente desumano defender a recessão. Não existe justificativa para a defesa de algo que tanto penaliza quem não tem responsabilidade por ela. É equivocado defender ou criticar um resultado necessário ao modo como a vida é produzida na sociedade moderna.

Muita gente séria e bem-intencionada tem sido usada como massa de manobra, e o presente texto faz parte da luta para mudar esse estado de coisas. Para tanto, chama a atenção para o seguinte ponto: se a recessão é inevitável, o correto não é lutar contra ela, mas, sim, dispor de instrumentos para minimizar seus efeitos nefastos.

Não é só por incompetência que as empresas "quebram". Mudanças inesperadas nas regras, promovidas pela equipe governamental, abalam as mais sólidas empresas. Além do mais, algumas medidas imprescindíveis para a política econômica afetam uns setores mais intensamente do que outros. Por essas e outras razões, é preciso dispor de uma agência governamental que defina os setores estratégicos para o País e coordene as ações de fomento.

Do ponto de vista dos efeitos de encadeamento e/ou da geração de divisas estrangeiras, os dados indicam que a estratégia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não é a mais feliz. Quase a metade das aprovações de operações e dos desembolsos do BNDES, no ano de 1990, foi para os setores industriais de papel e papelão (incluindo a celulose). A metade disso é que coube aos setores de metalurgia, mecânica e material elétrico, de comunicações e de transporte. Não se tem notícia de que esse quadro se tenha alterado significativamente em 1991. A tentativa de transformar o BNDES num banco de privatização está muito longe de torná-lo um instrumento eficaz e eficiente da modernização da indústria brasileira.

Não basta simplesmente alterar o papel do BNDES. Muito provavelmente, de imediato, os empregos destruídos não serão compensados pelos empregos criados. Como o ajuste não é instantâneo, a proteção ao trabalhador requer que a mudança na atuação daquele banco seja completamente pela existência de um seguro-desemprego digno desse nome.

Se o objetivo é proteger o trabalhador, deve-se expulsar do mercado quem só consegue sobreviver pagando baixos salários ou quem exige um enorme "mark-up" (cuja existência depende das restrições à concorrência). Tal eliminação, no entanto, precisa ser apoiada por um seguro-desemprego eficaz e eficiente na proteção ao trabalhador.

O "argumento" da falta de dinheiro para uma cobertura maior e mais ampla do seguro-desemprego tenta esconder o descompromisso com os trabalhadores. Constitui uma tentativa de usar essa classe social como uma arma contra a modernidade, como instrumento de defesa de privilégios para uma élite que guarda fortes rancos coloniais.

Em suma, se o que se pretende mesmo é proteger o trabalhador, deve-se montar uma "frente" pela alteração na atuação do BNDES e pela montagem de um sistema de seguro-desemprego decente.

• Professor da FEA/USP e da FEA/PUC.

